

A. I. Nº - 281392.0305/21-4
AUTUADO - ROSA FICHMAN FINGERGUT
AUTUANTE - PAULO CÂNCIO DE SOUZA
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ ITD

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0283-06/22-VD**

EMENTA: ITD. IMPOSTO INCIDENTE SOBRE A DOAÇÃO DE CRÉDITOS. FALTA DE RECOLHIMENTO OU RECOLHIMENTO A MENOR. Não houve doação, ao contrário do que foi consignado em peça inicial. Conforme os documentos colacionados à defesa, os recursos mencionados no lançamento de ofício advieram da meação decorrente do falecimento do esposo da impugnante, a exemplo de diversos bens imóveis e cotas sociais, e não créditos. Infração descaracterizada. Ultrapassada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração, lavrado no dia 19/11/2021 para formalizar a constituição de crédito tributário no valor histórico de R\$ 59.878,16, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 13, II da Lei 4.826/89, sob a acusação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre a doação de créditos.

Está dito que a contribuinte declarou doação de R\$ 1.710.804,65 no ano calendário de 2016, tendo sido intimada via AR e edital.

A autuada ingressa com impugnação às fls. 22 a 26 (frente e verso).

Após aduzir a tempestividade da peça, ressalta que no dia 22/05/2016 o seu marido, Sr. Jaime Fingergut, com quem era casada sob o regime da comunhão universal de bens desde 04 de janeiro de 1958, veio a óbito, deixando-a viúva, com três filhos.

Os interessados ingressaram com os procedimentos necessários ao inventário dos bens deixados pelo *de cujus* pela via administrativa (doc. 07). Nessa sequência, tempestivamente, em 11 de julho de 2016, foi protocolada sob o nº 11887220164 a documentação pertinente à determinação do tributo estadual, em vista do que dispõe o art. 12, VIII do Decreto 2.487/89 c/c art. 9º, II da Lei 4.826/89.

A Autoridade Tributária foi cientificada da ocorrência do fato gerador e, após o cumprimento das obrigações legais, o Fisco homologou o pagamento do ITD *causa mortis*, conforme o Parecer 27.751, de 04 de outubro de 2016.

Suscita preliminar de nulidade por ilegitimidade passiva e por inexistência de doação, até mesmo por herança. Em verdade, conforme os documentos que colacionou aos autos, de nºs 05 a 07, os recursos mencionados no lançamento de ofício advieram da meação decorrente do falecimento do seu esposo, a exemplo de diversos bens imóveis e cotas sociais, e não créditos.

A equivocada descrição dos fatos, arrimada em informações rasas de documento fiscal federal, causa óbice ao pleno entendimento do que está sendo acusada e cerceia o seu direito ao contraditório e à ampla defesa.

No mérito, com fulcro no princípio da verdade material, assevera que a hipótese não é de tributação por doação de créditos, mas sim de meação, tipo que não constitui fato gerador do tributo apontado pela Fiscalização. No regime da comunhão universal, o cônjuge sobrevivente

somente será meeiro dos bens, não possuindo sequer a qualidade de herdeiro. Como existia patrimônio em comum, fez jus tão somente à meação.

No caso do regime adotado, da comunhão universal, a impugnante, na sucessão legítima, jamais concorreria à herança com os descendentes do *de cujus*, pois, por força das regras, já possuía direito à metade de todos os bens do casal, não importando se tais bens foram adquiridos antes ou depois do casamento.

Diante do exposto, tem-se que o auditor se equivocou quanto à hipótese de incidência e, por decorrência, errou na eleição do sujeito passivo e na espécie tributária, acarretando consequência direta no fato gerador e na base de cálculo.

A situação é de não incidência tributária, já que, não tendo ocorrido doação ou herança, não se pode considerar que o ITD seja sequer lançado.

A despeito de a defendente ter consignado de forma equivocada informações na rubrica de “doação e herança” da DIRPF, fato é que a imputação fiscal não se sustenta, tendo em vista a farta documentação juntada aos autos.

Protesta pela produção de provas, inclusive pericial ou via posterior juntada de documentos, e pede deferimento, pela nulidade ou improcedência da autuação.

Na informação fiscal, de fl. 49, o auditor reconhece a improcedência do lançamento, pois não existiu o fato gerador no qual ele foi baseado.

No bojo da manifestação de fls. 55 a 57, à fl. 56, a impugnante reproduziu comprovante de apresentação de procuração.

VOTO

Com supedâneo na autorização do parágrafo único do art. 155 do RPAF/99, deixarei de apreciar os fundamentos das preliminares de nulidade, inclusive por ilegitimidade passiva, e ingressarei diretamente no mérito da lide.

“Parágrafo único. Quando houver possibilidade de se decidir o mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta”.

Todos os elementos necessários para julgar estão contidos nos autos. Indefiro o pedido de realização de perícia, com base no art. 147, I, “a” do RPAF/99.

Por meio do presente Auto de Infração, exige-se da autuada crédito tributário no valor histórico de R\$ 59.878,16, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 13, II da Lei 4.826/89, sob a acusação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre a doação de créditos.

Consta que a contribuinte declarou, via documentos obtidos por meio de convênio com a Receita Federal do Brasil, doação de R\$ 1.710.804,65 no ano calendário de 2016, tendo sido intimada via AR e edital.

Restou cabalmente demonstrado, com os documentos anexados à peça defensiva, e reconhecido pela autoridade fiscalizadora, que no dia 22/05/2016 o marido da impugnante, Sr. Jaime Fingergut, com quem era casada sob o regime da comunhão universal de bens desde 04 de janeiro de 1958, veio a óbito, deixando-a viúva, com três filhos.

Os interessados ingressaram com os procedimentos necessários ao inventário dos bens deixados pelo *de cujus* pela via administrativa (doc. 07). Em 11 de julho de 2016, foi protocolada sob o nº 11887220164 a documentação pertinente à determinação do tributo estadual, em vista do que dispõe o art. 12, VIII do Decreto 2.487/89 c/c art. 9º, II da Lei 4.826/89.

Devidamente comunicada a ocorrência do fato gerador e, após o cumprimento das obrigações legais, o Fisco homologou o pagamento do ITD *causa mortis*, conforme o Parecer 27.751, de 04 de outubro de 2016.

Não houve doação, ao contrário do que foi consignado na peça inicial, mas, conforme os documentos colacionados à defesa, de nºs 05 a 07, os recursos mencionados no lançamento de ofício advieram da meação decorrente do falecimento do referido esposo, a exemplo de diversos bens imóveis e cotas sociais, e não créditos.

Com efeito, a hipótese não é de tributação por doação de créditos, mas sim de meação, tipo que não constitui fato gerador do tributo apontado pela Fiscalização. No regime da comunhão universal, o cônjuge sobrevivente somente será meeiro dos bens, não possuindo sequer a qualidade de herdeiro. Como existia patrimônio em comum, a autuada fez jus apenas à meação.

Infração descaracterizada.

Em face do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281392.0305/21-4**, lavrado contra **ROSA FICHMAN FINGERGUT**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 27 de outubro de 2022

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE

VALTERCIO SERPA JUNIOR – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - JULGADOR